

# MILITÂNCIA SINDICAL TÊXTIL E ALIANÇAS POLÍTICAS: COMUNISMO, TRABALHISMO E NACIONALISMO NA EXPERIÊNCIA OPERÁRIA FLUMINENSE (1955-1964)

Luciana Pucu Wollmann<sup>1</sup>

Felipe Ribeiro<sup>2</sup>

[...] O intenso debate que vem se travando em todo o território nacional, envolvendo a defesa de princípios nacionalistas, está a exigir o conagraçamento de todos os brasileiros [...]. É imperioso que os fluminenses se unam para este fim, reunindo, numa única entidade, os representantes das mais diversas correntes da opinião pública [...]. É nosso dever não apenas seguir o exemplo vindo de outros estados, mas, se possível, tomar a liderança nessa luta [...]. Problemas como os da Petrobras, de Volta Redonda, da Companhia Nacional de Álcalis, da Fábrica Nacional de Motores, das Companhias de Navegação Marítima e dos Minerais Estratégicos estão sob o impacto da ação de grupos econômicos internacionais, interessados em manter a América Latina em estado de dependência e subdesenvolvimento [...]. Trata-se assim de assunto que interessa profundamente ao espírito nacionalista do povo brasileiro, razão pela qual nos propomos, também, debatê-lo em todos os rincões da terra fluminense, levando ao interior do estado a palavra de nossos compatriotas mais esclarecidos, através não só de conferências, como de comícios, umas e outros despidos de qualquer caráter demagógico ou ideia de agitação [...].<sup>3</sup>

Cartaz do I Congresso Nacionalista Fluminense, publicado no jornal “Voz Operária”. Fonte: Voz Operária. 26/04/1958. p.5. (Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)

Noite de 21 de abril de 1958. Dava-se início aos trabalhos do I Congresso Nacionalista Fluminense, realizado na sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio, em Niterói. Estiveram presentes delegações de diferentes municípios do estado, além de “próceres de correntes políticas diversas, de intelectuais, comerciantes, industriais, líderes operários e estudantis”<sup>4</sup>. Participaram da instalação do conclave: o vice-governador do estado do Rio de Janeiro pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Silveira, inúmeros políticos, dentre os quais, o deputado federal Jonas Bahiense (PTB-RJ), o deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) Geraldo Reis, o vereador Afonso Celso Nogueira Monteiro (PSB-RJ) – estes dois últimos pertencentes aos quadros do PCB –, delegações de companhias estatais, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Companhia Nacional de Álcalis, representantes de diferentes associações como a União Fluminense dos Estudantes e a Associação Pró-Melhoramentos de bairros de Niterói e líderes de várias categorias sindicais e federações de trabalhadores.

Criada em 1957, sob o eco da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) organizada pelo Senado e Câmara Federal no ano anterior, a Frente Nacionalista Fluminense (FNF) objetivava em seu primeiro congresso: 1) estabelecer uma política nacionalista para o Brasil; 2) formular as reivindicações fluminenses de caráter nacionalista; 3) apoiar a indústria de base e a indústria manufatureira fluminense, bem como o setor energético, de transportes, comunicações, comércio de exportação e importação no estado do Rio; 4) Estruturar o movimento nacionalista no estado do Rio, com a elaboração de programas, estatutos e a formação de uma diretoria<sup>5</sup>.

Dando início à abertura solene, o presidente da mesa, Jonas Bahiense, discursou sobre a importância do congresso, procurando também argumentar sobre a escolha do dia 21 de abril. Segundo o deputado: “o nacionalismo estava arraigado no coração do povo brasileiro, que o mártir Tiradentes foi também um nacionalista e que, finalmente, dávamos o primeiro passo para impedir que nossas riquezas continuassem sendo sugadas pelos trustes estrangeiros”<sup>6</sup>. Certamente, o “nacionalismo” presente nas lutas pela independência do Brasil oitocentista não era o mesmo daquele propalado pelos oradores da segunda metade dos anos 1950. Porém, a figura de Tiradentes (patrono do Congresso) talvez não fosse lembrada ao acaso. Ideias como a de liberdade e emancipação – comumente associadas à imagem do “mártir da Independência”, encontravam-se heterogeneamente difusas no sentimento de muitos daqueles que se intitulavam nacionalistas naqueles anos que sucederam o suicídio de Getúlio Vargas.

Analisando a política nacionalista na segunda metade da década de 1950, Lucília Delgado identificou como as teses nacional-reformistas-desen-

volvimentistas encontravam um lugar privilegiado no pensamento social brasileiro da época. Segundo a pesquisadora, diferente do nacionalismo dos anos 1930 que se associou ao programa “centralizador e intervencionista de Getúlio Vargas”, o programa nacionalista dos anos 1950:

[...] foi apropriado por expressivas organizações da sociedade civil e por inúmeros parlamentares que transformaram tanto o Poder Legislativo como os sindicatos, as organizações estudantis, os movimentos camponeses, as universidades e associações profissionais em espaços de discussão e divulgação de suas principais teses.<sup>7</sup>

Intelectuais do Instituto Superior de Estados Brasileiros (ISEB), estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), trabalhadores rurais e urbanos, lideranças da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), entre outros setores e organizações, buscavam através de uma agenda nacional-reformista pensar coletivamente projetos de desenvolvimento para o país... Ainda que as diferenças no teor dos projetos destes grupos não possam ser minoradas, a ideia de que o Brasil necessitava de transformações profundas, que incluíssem reformas sociais, valorização da educação e da cultura nacional e estímulo à produção e proteção das riquezas nacionais (sobretudo em setores estratégicos da economia), conferiam forma e conteúdo às suas propostas. *Emancipar-se* da relação de dependência com o capital estrangeiro, constituía uma premissa fundamental para *libertar-se* do subdesenvolvimento e das agruras da herança colonial. Corporificando-se em manifestos, campanhas, frentes, manifestações populares, o ideário nacionalista estabelecia valores e fornecia material para a elaboração do vocabulário político da época. Ou, nas palavras de Lucília Delgado, este nacionalismo conformava um *ethos*, “[...] valores e projetos que constituíam o substrato de um tempo, uma vez que foram internalizados e defendidos por parte expressiva da população brasileira”.<sup>8</sup>

Dentro de uma perspectiva de análise semelhante à de Delgado, o historiador Alexandre Fortes chama a atenção de como o suicídio de Vargas criou a possibilidade de articulação de diferentes correntes políticas de base operária, mobilizadas sobremaneira pelos ecos da Carta Testamento.

[...] Vargas contribuía assim para criar, depois de morto, um fator de unidade entre as correntes políticas de base operária, algo que jamais fizera em vida. [...] Diante do suicídio, poucos lembrariam da ambiguidade do regime, que desde 1930 criava leis trabalhistas, mas raramente garantia o seu cumprimento. [...] A carta-testamento, ao mobilizar as massas getulistas, tornava-se “mais fácil a unidade entre comunistas e trabalhistas”, com base no nacionalismo comum.<sup>9</sup>

A herança política deixada pelo ex-ditador e as pressões de grupos internacionais – notadamente norte-americanos –, os quais desejavam aumentar a sua influência no Brasil em um momento de acirramento da Guerra Fria, possibilitaram a tessitura de uma aliança entre trabalhistas e comunistas, que buscavam a partir das bandeiras nacionalistas encontrar formas de articulação. É importante salientar, porém, que esta aliança não era ausente de tensões. Além das diferenças doutrinárias e programáticas entre as duas siglas, o PTB, apesar de contar com lideranças identificadas com o nacional-reformismo, só veio a incorporar o nacionalismo como uma bandeira prioritária dentro do partido a partir da “Campanha o Petróleo é Nosso”<sup>10</sup> e principalmente após o suicídio de Vargas<sup>11</sup>. Os trabalhistas, em geral, eram vistos como intimamente ligados ao controle estatal e como hesitantes no que diz respeito à tomada de medidas que viessem a interferir significativamente nas bases da desigualdade brasileira, mesmo nos momentos em que estiveram à frente da máquina estatal e recebiam amplo apoio popular<sup>12</sup>. Por outro lado, o partido contava com todo o legado deixado por Vargas, que ia desde as suas realizações na esfera trabalhista, como – e talvez principalmente – a CLT, até o magnetismo da imagem política do presidente, que foi positivada ainda mais após a sua morte. Além disso, o PTB passou a dispor de lideranças cada vez mais expressivas e afinadas com a linha “doutrinária reformista”, que tinha Alberto Pasqualini como seu principal teórico e João Goulart e Leonel Brizola como expoentes de projeção nacional<sup>13</sup>.

Já o Partido Comunista Brasileiro (PCB) denunciava a influência estrangeira na economia e na política interna brasileira – “o imperialismo norte-americano” – desde fins da 2ª Guerra Mundial<sup>14</sup>. Por outro lado, essa “tendência nacionalista” esboçada pelo PCB em sua esteira de lutas chegou a figurar – contraditoriamente – como motivo para expurgos de algumas lideranças do partido, tal como ocorreu com José Maria Crispim e com o fluminense Walkírio de Freitas, expulsos dos quadros do PCB em 1952 após serem acusados de manter “atividade desagregadora”<sup>15</sup> dentro do partido. Essas posturas centralizadoras – por vezes intransigentes – do PCB levaram a um afastamento da militância em alguns momentos, ainda que este partido tenha sido o que mais teve influência junto à classe trabalhadora em todo aquele período que antecedeu 1964. Mesmo naquele momento, em que orientações do Manifesto de Agosto de 1950<sup>16</sup> pregavam a derrubada imediata do governo burguês pela revolução proletária e condenavam qualquer tipo de aliança com a burguesia, observamos que havia uma tendência da militância – sobretudo operária – em tecer alianças com setores trabalhistas, contrariando, assim, a linha política oficial “tirada” pelo partido<sup>17</sup>. E foi graças a esse descompasso entre direção partidária e militância operária – essa “dupla militância” como atestaram os

historiadores Antonio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva<sup>18</sup> –, que o PCB conseguiu aumentar a sua participação política no movimento sindical.

Protagonizando essas relações entre comunistas e trabalhistas, estavam aqueles que haviam se tornado um ator central no cenário político brasileiro desde pelo menos os anos 1930<sup>19</sup>: os trabalhadores. Crescentes numericamente, estes trabalhadores (rurais e urbanos) atravessaram os anos 1950 mobilizando-se em sindicatos e comitês de bairro, onde articulavam e publicizavam as suas demandas. Eles eram, certamente, os “braços” do desenvolvimentismo, mas também mente e voz destas mudanças.



IMAGEM 1: Cartaz do I Congresso Nacionalista Fluminense

Fonte: *Voz Operária*. 26/04/1958. p. 5

Objetivando aprofundar alguns aspectos desta aliança entre trabalhistas e comunistas no estado do Rio, este trabalho busca, a partir da análise da atuação dos trabalhadores têxteis em dois municípios fluminenses – Niterói e Magé – identificar como a classe operária tomou parte importante na tessitura destas relações. A opção por voltar as nossas atenções prioritariamente para os têxteis certamente não excluirá menções a outras categorias que, muitas vezes, se articulavam em lutas coletivas. Desempenhando um papel primordial na ocupação industrial do município de Magé – que até meados do século XIX era considerado apenas rural –, e também da capital fluminense (Niterói<sup>20</sup>) desde o início do século XX, a indústria têxtil arregimentou um contingente considerável de mão de obra no estado. Nos anos 1950, quando o país registrou um aumento no número de greves operárias, os empresários têxteis foram uns dos mais relutantes em ceder às reivindicações dos trabalhadores que, mesmo assim, seguiram na luta pelos seus direitos. Este processo, que será violentamente reprimido em 1964, é que constitui o objeto de análise deste trabalho.

### **Os têxteis de Niterói: “os trabalhadores querem escolher em quem votar”**

Enquanto os politiqueros falam numa reforma antidemocrática da lei eleitoral e lançam a toda sorte de cambalachos, tirando candidatos do bolso do colete uma força nova, atuante, surge no panorama de sucessão presidencial, desfazendo o jogo dos que pensam enganar o povo. Esta força é o eleitor consciente de sua importância, que deseja fazer ouvida a sua voz na própria indicação dos candidatos e do programa que irá executar.<sup>21</sup>

Em agosto de 1955, foi realizada no Teatro Municipal de Niterói a convenção estadual do Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT). Tomaram parte da mesa dos trabalhos: o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Niterói, Almir Reis Netto (na condição de presidente); o presidente do Sindicato dos Barbeiros de Niterói e São Gonçalo, Consueto Ferreira Calado (na condição de 1º secretário) e José Gonçalves Filho, presidente do Sindicato dos Vidreiros de Niterói e São Gonçalo (na condição de 2º secretário). O conclave somente pôde ocorrer após os seus organizadores apresentarem ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops) daquela capital a relação dos participantes da referida convenção. Entre os presentes, identificamos dezenas de militantes do movimento operário e camponês fluminense e da capital federal, bem como de lideranças políticas comunistas e trabalhistas que atuavam no estado.<sup>22</sup>

Frequentemente apontado pela polícia política como “um organismo da periferia do PC”, o MNPT foi, de fato, uma das tentativas do PCB de efe-

tivar alianças com setores progressistas populares e sindicais, após alguns anos de isolamento e sectarismo. As orientações do Manifesto de Agosto de 1950, que pregavam a derrubada imediata do governo burguês pela revolução proletária, ainda que viessem a ser oficialmente mantidas pelo IV Congresso do partido realizado em novembro de 1954, pareciam amainadas por determinações que buscavam estimular a coordenação das lutas dos trabalhadores através de alianças e por estratégias que visavam angariar vitórias ao partido pela via eleitoral, e não apenas pelo enfrentamento direto. Porém, antes mesmo de oficializar possíveis alianças com elementos de determinadas orientações partidárias, observamos que havia uma “aliança extraoficial do partido com os trabalhistas”<sup>23</sup>. Isso é possível de se verificar através de campanhas de massa lideradas e/ou que contaram com a participação efetiva do PCB e de diferentes setores progressistas da sociedade, tais como: a “Campanha do Petróleo”, a “Campanha pela paz”, os movimentos contra a carestia, da Liga da Emancipação Nacional, além de alianças na esfera sindical.

Criado em maio de 1955 na cidade do Rio de Janeiro, o MNPT foi concebido *a priori* como um movimento em prol de uma candidatura própria para a presidência da República; porém, sobre esse aspecto, esclarecia um representante da Comissão Executiva Nacional ao jornal *Imprensa Popular*: “O Movimento Nacional Popular Trabalhista não é uma entidade improvisada em função da campanha eleitoral, embora deva dela participar – já que é um movimento permanente, de vigilância, que expressa nesse seu programa a vontade dos trabalhadores e de todo o povo”<sup>24</sup>. Entre os principais pontos do Programa do MNPT, podemos destacar: a defesa da soberania e da indústria nacional; a defesa do monopólio estatal do petróleo e das riquezas naturais do país; a garantia do ensino primário obrigatório e gratuito; a defesa da reforma agrária; e pela adoção de medidas contra a carestia e o aumento do custo de vida. No que diz respeito às questões mais diretamente atinentes ao mundo do trabalho, o programa previa ainda: lutar pela defesa da legislação e dos direitos sindicais dos trabalhadores, pela defesa da ampliação da previdência social, pela proteção do trabalho dos jovens e das mulheres, dos empregados civis e públicos e do trabalhador do campo<sup>25</sup>. Na ocasião de instalação da convenção estadual do MNPT no Teatro Municipal de Niterói, o então vereador Afonso Celso Nogueira Monteiro pelo Partido Social Trabalhista (PST) declarou emocionado: “Vejo nessa reunião de trabalhadores um sinal de que o Brasil vai marchar para frente”<sup>26</sup>.

Apesar de concentrar em seu programa importantes bandeiras de luta dos trabalhadores, o MNPT demonstrou, através de suas tarefas concretas que envolviam a criação de comitês e a realização de comícios, buscar interferir diretamente no jogo eleitoral através do apoio a um candidato nacionalista e

popular, que demonstrasse afinidades com o seu programa. O movimento chegou mesmo a sugerir uma revisão do apoio concedido pelos petebistas ao candidato à presidência da República, Juscelino Kubitschek, pelo Partido Social Democrático (PSD), aprovado durante a realização da VIII Convenção Nacional do partido, em abril de 1955<sup>27</sup>. Porém, a decisão do PTB não foi revogada. Em setembro de 1955, reunidos em Convenção Nacional na capital paulista, o MNPT resolveu apoiar a candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência e a de João Goulart à vice nas eleições de outubro de 1955.<sup>28</sup>

A adesão à campanha da candidatura lançada pela coligação PSD-PTB e o abandono da “perspectiva de consolidação de uma representação partidária independente dos trabalhadores”<sup>29</sup>, é apontada pelo historiador Murilo Leal mais como uma necessidade do PCB em cumprir “etapas históricas” do que por uma opção estratégica do partido em ampliar os canais de participação política do “novo bloco histórico”<sup>30</sup> que vinha se formando por meio das lutas populares e de classe há décadas – ou seja, os trabalhadores – através do processo eleitoral. Acertadamente, o autor identifica verdadeiros “bloqueios” na relação da direção do PCB com a base operária, sobretudo no que diz respeito à representação política dos trabalhadores:

A recusa do PCB em articular candidaturas operárias e populares à presidência da República constitui apenas um aspecto de uma estratégia política mais abrangente, que via, na burguesia nacional, aliada ao Estado, o sujeito social dirigente do processo de transformações socioeconômicas necessárias naquela etapa histórica e, na classe trabalhadora, uma força de apoio. Por outro lado, o PCB trabalhava o problema da representação política independente dos trabalhadores de forma indireta, confundindo-a com a própria construção partidária. A referência para a ação política estratégica não era a classe e seus próprios movimentos, mas a construção do PCB como “o partido do proletariado brasileiro”, verificando-se assim uma *substituição do representado pelo representante*.<sup>31</sup>

Por outro lado, a experiência partidária do PCB – que incluiu breves períodos de legalidade, alguns momentos de semilegalidade e a maior parte do tempo de clandestinidade – possibilitou que este vivenciasse uma trajetória política bastante singular no chamado “interregno democrático”. Referimo-nos aqui não às mudanças – muitas vezes radicais – das orientações e da linha política tirada pelo partido em diferentes contextos, mas à sua própria “condição subterrânea”, que o fez procurar, quando possível, passagens que o levassem “à superfície”. Nem sempre, o caminho escolhido seguia a programação prevista, possibilitando outras experiências que escapavam ao



“centralismo democrático” do partido, mas nem por isso deixavam de nele referenciar-se. Existiam também aquelas situações em que o planejamento era seguido à risca, mas a interferência de outros atores no processo alterava aquilo que estava previsto originalmente. De acordo com Eunice Dunham, “[...] são essas ligações políticas ‘clandestinas’ que estabelecem elos entre mobilizações restritas, centradas no interesse de alguns, com forças sociais e políticas mais universalizantes, presentes no conjunto da sociedade”<sup>32</sup>. Ou, tomando de empréstimo as palavras de Ruth Cardoso em sua análise sobre movimentos sociais:

Ao valorizar os processos de negociação que envolvem as organizações populares, nos tornamos mais sensíveis para registrar os debates internos sobre as diferentes estratégias a seguir. Este aspecto é quase sempre negligenciado, uma vez que algumas táticas de ação são percebidas como sinais de autonomia enquanto outras lembram clientelismo e manipulação. Tais classificações – um tanto maniqueístas – impedem uma análise mais fria dos conflitos internos ao movimento e também do modo como se combinam atuações diversas e aparentemente contraditórias”.<sup>33</sup>

No estado do Rio, a liderança política de Roberto Silveira junto aos trabalhadores, sobretudo urbanos, não passou despercebida pelas lideranças comunistas. Sempre buscando marcar presença em sindicatos, comícios e festividades em bairros populares, o político petebista possuía trânsito livre em diferentes meios sindicais e operários<sup>34</sup>. Ademais, ao longo de sua trajetória, Roberto Silveira manteve um diálogo muito próximo com lideranças operárias e comunistas. Além de ter participado do Centro Estadual de Estudos do Petróleo (CEEP)<sup>35</sup> e posteriormente, da Liga da Emancipação Nacional (LEN) – entidade que acabou sendo fechada por Juscelino Kubitschek em 1956 e que contava com uma expressiva participação de comunistas<sup>36</sup>, Silveira buscou mobilizar-se para atender a algumas reivindicações importantes do operariado. Depois de ter sido eleito vice-governador do Estado, por exemplo, o petebista ajudou a conduzir o sindicalista têxtil Almir Reis Neto ao cargo de delegado regional do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (Iapi), após ter recebido um memorial com 1.217 assinaturas de operários e dirigentes sindicais, solicitando que o líder sindical fosse designado para o cargo<sup>37</sup>. Já quando esteve à frente da governadoria fluminense<sup>38</sup>, Roberto Silveira – a esta altura já considerado um dos próceres da “República Sindicalista”, cercou-se de lideranças apontadas de serem diretamente vinculadas ou próximas ao comunismo, a começar por um dos principais articuladores da sua campanha, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação e Confeitaria de Niterói, Ra-

fael Francisco de Almeida, além de Almir Reis Netto que fora indicado como representante dos trabalhadores da indústria Comissão de Abastecimento e Preços (Coap)<sup>39</sup> e Jonas Bahiense (PTB), indicado pelo PCB para a Secretaria do Trabalho a partir de um acordo firmado entre Silveira e comunistas para as eleições estaduais de 1958.<sup>40</sup>

A Declaração de Março de 1958 redefiniu as diretrizes do PCB, superando os postulados estabelecidos pelo IV Congresso em 1954. Neste momento, indicava-se que, ao contrário da via revolucionária, a luta deveria ser direcionada em prol das reformas estruturais, das liberdades democráticas, do desenvolvimento nacional e da elevação de vida do povo. Para isso, era estimulada a composição de alianças nacional-reformistas como a Frente Nacionalista Fluminense, conforme já mencionamos na introdução deste texto.

Na arena sindical, estas alianças se materializaram através da Frente Intersindical, da Comissão Intersindical contra a Assiduidade Integral (Ciscai), e nas lutas pela conquista do Abono de Natal, ainda no final dos anos 1940 e na primeira metade dos anos 1950. O sucesso destas alianças, no que diz respeito aos graus de articulação, mobilização e alcance das reivindicações, variaram significativamente entre as diferentes regiões do país. No estado do Rio, após um ciclo de greves ocorridas entre os trabalhadores têxteis dos municípios de Niterói, Magé, Friburgo e Petrópolis nos anos de 1948 e 1949, realizou-se o I Congresso dos Trabalhadores Têxteis Fluminenses na cidade de Petrópolis, em 1950, ocasião pela qual foi fundada a seção fluminense da Ciscai.

Deflagradas para exigir o cumprimento imediato do reajuste de 40% estabelecido pelo Tribunal Regional do Trabalho em dissídio coletivo de 16 de dezembro de 1948 e contra a lei que condicionava o aumento salarial à total ausência de faltas ou atrasos por parte do trabalhador (Lei 605, de 5 de janeiro de 1949), as greves de 1948 e 1949 caracterizaram-se não só pelos bons índices de adesão, mas pelos esforços de articulação dos trabalhadores entre os movimentos grevistas em questão e pelas diferentes formas de luta empregadas pelos mesmos. Através de manifestos, comissões de fábrica, passeatas, piquetes na porta das fábricas, organização de fundo de greve, vigília em sindicatos e clubes fabris, e também a partir da própria estrutura sindical corporativa, os paredistas buscavam lançar as bases para uma mobilização coletiva da categoria para além de suas fábricas<sup>41</sup>. Mesmo com o apoio por parte de alguns vereadores e deputados – comunistas, trabalhistas e até ude-nistas<sup>42</sup>, que tentaram intermediar as negociações junto aos patrões – e da ampla repercussão das greves nos jornais, a vitória foi parcial em algumas fábricas e em outras, a implacabilidade dos empregadores se fez sentir através de cortes de salários e de demissões por justa causa<sup>43</sup>.

Apesar de não terem sido atendidos em grande parte das suas reivindicações e da cruza verificada na repressão patronal – que contou com o auxílio do delegado do Ministério do Trabalho e da polícia<sup>44</sup> –, a mobilização da categoria têxtil organizando congressos, lutas conjuntas e conseguindo vitórias eleitorais em sindicatos, que até então eram dirigidos por ministerialistas<sup>45</sup>, merece ser destacada.

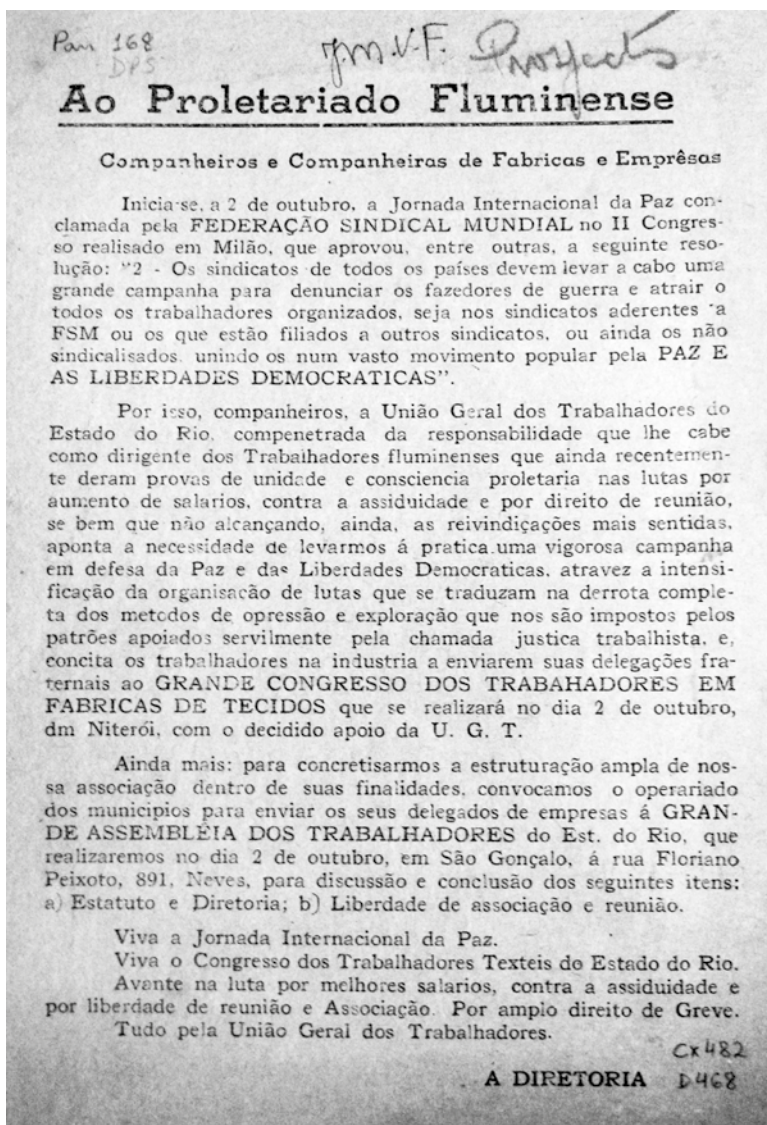


IMAGEM 2: Panfleto da UGTF (data provável: década de 1950)

Reprodução. DPS. Folhetos. 1944-1960

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj)

Ainda sobre as tentativas de aliança sindical na primeira metade da década de 1950, vale mencionar aqui a organização da União Geral dos Trabalhadores Fluminenses (UFGT), também conhecida como União dos Trabalhadores do Estado do Rio (UGT). Articulada por conhecidos militantes comunistas que atuavam na antiga capital fluminense – tal qual o ex-deputado federal eleito pela legenda do PCB em 1945 (e cassado em 1947), o ferroviário Claudino José da Silva e o metalúrgico Jayme Augusto Teixeira, a UFGT teve vida efêmera. Talvez pela prioridade dada às bandeiras mais gerais encampadas pela direção do partido, como a campanha contra o envio de tropas para a Guerra da Coreia e contra o emprego da bomba atômica, e, certamente, pela repressão dispensada pela polícia política do governo de Ernani do Amaral Peixoto (1951-1955) aos militantes da agremiação, apenas conseguimos identificar referências a ela entre os anos de 1950 e 1952.<sup>46</sup>

Em 1953, a exemplo de outras iniciativas que vinham sendo articuladas nos estados em prol da mobilização unificada dos trabalhadores, foi lançado em Niterói o manifesto pelo Pacto de Ação Comum. O documento, que foi assinado por 20 líderes sindicais de Niterói e São Gonçalo, conclamava todos os trabalhadores fluminenses a lutarem pela liberdade e unidade sindical, por aumento salarial e contra a assiduidade de 100%<sup>47</sup>. Meses depois, foi criada a Comissão Intersindical de Niterói e São Gonçalo.

Posteriormente, já na segunda metade dos anos 1950, o movimento sindical fluminense organizou “conselhos sindicais” (municipais e estaduais). No início dos anos 1960, outra intersindical, o Pacto de Unidade e Ação (PUA), irá se destacar por sua atuação no cenário carioca e fluminense por sua luta pelas reformas de base e pela antecipação do plebiscito que decidiria sobre a permanência ou fim do regime parlamentarista no país<sup>48</sup>. Organizados em seus sindicatos, federações e intersindicais, os trabalhadores têxteis de Niterói também tiveram participação efetiva nessas lutas.

Após o trágico acidente que vitimou Roberto Silveira, em 1961, o Estado do Rio de Janeiro voltou a ser governado por um pessedista, Celso Peçanha, que fora eleito vice-governador<sup>49</sup>. Porém, nas eleições de 1962, o irmão de Roberto, Badger da Silveira, assumiu a governadoria fluminense com 260.841 dos votos – quase 40 mil a mais do que o segundo colocado, Tenório Calancanti (PST-PTN) – projetando-se no cenário estadual como o maior herdeiro político do “robertismo”. Figurando como um importante aliado de João Goulart, sobretudo quando este se viu cercado por forças oposicionistas que visavam deslegitimar o seu governo, Badger, que foi também um dos fundadores do PTB no estado do Rio, viu-se obrigado a exonerar elementos considerados “subversivos” de seu quadro de funcionários, bem como cancelar determinadas medidas de caráter “reformista” do seu

governo – como o Plano Piloto de Alfabetização e o Plano Agrário Estadual<sup>50</sup>, como forma de permanecer mais tempo à frente do executivo fluminense após o golpe de 1964. Todos os seus esforços, porém, mostraram-se em vão. Em 2 de maio de 1964, Badger da Silveira teve o seu *impeachment* aprovado pela Assembleia Legislativa por 48 votos contra 7. Dois dias depois, o ex-governador teve os seus direitos políticos cassados com base no Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.<sup>51</sup>

No legislativo, vários deputados e vereadores também tiveram os seus mandatos cassados, entre eles os operários navais e vereadores, em Niterói, Waldemiro Cruz e José Maria Cavalcanti, os deputados estaduais Francisco Alves da Costa (estivador), Aristóteles de Miranda Mello (ferroviário) e Afonso Celso Nogueira Monteiro, o Afonsinho (advogado trabalhista). Eles e mais dezenas de operários e dirigentes sindicais, entre os quais podemos citar: Joaquim Pedro Mayrink Filho, Raul Peçanha (rodoviários), Lucio Xavier de Almeida, Domício José da Costa, Mario Serafim Ribeiro (funcionários do Serviço de Viação de Niterói e São Gonçalo – Serve), Benedito Joaquim dos Santos, José Gonçalves e Walter Batista (operários navais). Foram presos nas dependências do Dops ou confinados em navios-prisões para depois serem transferidos, ainda no mês de abril, para o primeiro estádio-presídio da América Latina, o Estádio Caio Martins.<sup>52</sup>

Apontada pelos militares como parte do “Cinturão Vermelho” instalado no entorno da baía de Guanabara<sup>53</sup>, a cidade de Niterói foi, durante anos, palco de inúmeras greves operárias, atividades de movimentos sociais e atuação de lideranças de diferentes partidos políticos. Os trabalhadores têxteis, que tiveram uma atuação destacada na articulação de uma aliança nacional-trabalhista-comunista, também protagonizaram estes acontecimentos.

## **Os têxteis de Magé: “na defesa das forças progressistas e dos trabalhadores”**

O presidente do Sindicato dos Têxteis de Santo Aleixo recusou-se a entregar a direção de sua entidade ao vice-presidente, não aceitando, portanto, a intervenção do Ministério do Trabalho [...] Tão logo soube da notícia, o presidente do Sindicato, através do alto-falante instalado na fachada da sede, conclamou os trabalhadores a resistir à ameaça contra a liberdade sindical, tendo os têxteis acorridos em massa e se reunido em Assembleia Permanente [...] Em frente ao sindicato foi colocada uma faixa, conclamando os trabalhadores a defender sua entidade de classe. Através do alto-falante continuavam os operários a protestar contra a violência e se declaram dispostos a não permitir o esbulho ministerial.<sup>54</sup>

A eleição que garantiu a vitória de Astério dos Santos como presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Santo Aleixo e Magé, em 1956, tornou-se um evento bastante marcante na memória operária local, ao passo que também configurou como um exemplo bem-sucedido de resistência dos trabalhadores têxteis àquilo que ficou consagrado nos estudos acadêmicos como “cupulismo sindical”.<sup>55</sup>

O tecelão Astério dos Santos ingressou na Fábrica Santo Aleixo em 1934, aos 14 anos, tendo vivenciado um intenso processo de aprendizagem política, sobretudo por meio das reuniões clandestinas do Partido Comunista do Brasil (PCB) na década de 1940, onde seu irmão mais velho Agenor dos Santos e seu padrinho José Muniz de Melo já militavam. Pouco tempo depois, Astério passou a se destacar nas atividades promovidas pelos comunistas e a assumir-se como tal<sup>56</sup>, chegando a participar do Comitê Democrático Progressista de Santo Aleixo no imediato pós-guerra e a constar numa “*Relação dos comunistas mais fervorosos do 2º distrito*”, ao lado de mais de 20 outros nomes, conforme documentação da polícia política.<sup>57</sup>

Demitido da Fábrica Santo Aleixo em 1949, por participar da campanha pelo Abono de Natal, passou a trabalhar em Niterói, na Fábrica de Tecidos Maruy, onde permaneceu por dois meses, e depois rumou a Petrópolis, com a família, sendo admitido pela Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE) durante a construção da subestação de Areal. De volta a Santo Aleixo, em meados de 1950, já desempregado, integrou temporariamente uma equipe de serventes contratados para a construção do Grupo Escolar Joaquim Leitão.

Em seguida, por intermédio do tio e vereador comunista José de Aquino Santana, Astério dos Santos foi readmitido pela CBEE, agora na função de eletricitista, para trabalhar na subestação de Santo Aleixo, localizada a poucos metros de sua casa, no bairro do Pico. Com um ano de trabalho foi promovido a operador de terceira classe. Contudo, no ano seguinte, em janeiro de 1952, foi demitido por um motivo bastante curioso: foi responsabilizado por uma queima de fogos realizada em comemoração ao aniversário de Luís Carlos Prestes.<sup>58</sup>

Novamente desempregado e com certa dificuldade em conseguir emprego fixo, devido a seu posicionamento ideológico, Astério dos Santos recorreu ao prefeito Waldemar Lima Teixeira, do Partido Social Democrático (PSD) – muitas pessoas o procuravam para que intercedesse junto aos gerentes da fábrica por um emprego. O prefeito logo o incluiu numa equipe de serventes contratados, com carteira assinada, pelo Departamento de Engenharia do Estado do Rio de Janeiro para a construção da adutora que levaria água de Santo Aleixo a Magé. Dez meses após o pedido inicial, Waldemar Lima Teixeira conseguiu que Astério dos Santos fosse readmitido na Fábrica de Santo Aleixo em fins de 1953.

Apesar de se apresentar como um “regenerado” para conquistar o auxílio do prefeito, Astério dos Santos na realidade não abandonou suas posições políticas. Muito pelo contrário, em pouco tempo articulou sua candidatura à presidência do Sindicato sem que a direção da fábrica tomasse conhecimento. Ao registrar a chapa, foi informado que, em caso de derrota, perderia novamente o emprego. Porém, saiu-se vitorioso, derrotando por 546 a 391 votos a chapa encabeçada pelo presidente Jair Rosa de Arruda, o “Zica”, candidato à reeleição no cargo que ocupava há quase dez anos consecutivos.<sup>59</sup>

Vale salientar que a vitória de Astério dos Santos no Sindicato logo provocou uma forte reação, não apenas da chapa derrotada, como também da direção da fábrica e do principal chefe-político local. “Quem colocou meu pai na fábrica foi Waldemar Lima Teixeira. Ele deve ter se arrependido muito, porque ele formou uma chapa, se tornou presidente do Sindicato e deu muito trabalho para os donos das fábricas, e deixou seu Waldemar mal”, recordou Célia dos Santos, filha de Astério.<sup>60</sup>

Apesar da eleição da chapa A União faz a Força, houve diversas tentativas de impedimento para sua posse. Pela primeira vez, o PCB conseguiu eleger um dos seus militantes como presidente sindical em Magé, e por ampla vantagem de votos. Conforme noticiou o *Imprensa Popular*, houve “maquinações para impedir a posse do candidato eleito”, Astério dos Santos. Elas teriam partido tanto do presidente, que buscava reeleição, movendo um processo contra Astério sob a alegação de que, em 1947, ele o teria acusado de receber 31 mil cruzeiros dos donos das fábricas para perseguir operários, como pelas próprias empresas, que teriam intimidado seus trabalhadores, ameaçando-os de demissão, caso não apoiassem a chapa do “Zica”. Ainda de acordo com o *Imprensa Popular*, tais conspirações foram instruídas pelo chefe político do PSD, Waldemar Lima Teixeira.

Agora os meios patronais e seus prepostos não receberam com agrado o fato do Sr. Astério ter sido eleito presidente do sindicato. Comenta-se mesmo que o Sr. Waldemar Lima Teixeira anda espalhando aos quatro ventos que o sindicato é um ponto chave na localidade e ele, como chefe-político, não permitirá que o mesmo fique em mãos de pessoas que não se subordinem a seus interesses políticos. O fato é que os trabalhadores não olham com simpatia tais maquinações e estão dispostos a defender sua vontade soberana manifestada nas urnas, exigindo respeito à liberdade sindical e a posse dos candidatos eleitos.<sup>61</sup>

A diretoria encabeçada por Astério dos Santos tomou posse em 28 de outubro de 1956, prestigiada pela presença do vice-governador Roberto Sil-

veira, do presidente da Federação dos têxteis, de uma delegação do Sindicato de Pau Grande, bem como de comissões de outras categorias profissionais, como vidreiros, padeiros, barbeiros, operário navais, da construção civil, carris e açougueiros.<sup>62</sup>

Em abril de 1957, porém, o Ministério do Trabalho acatou o pedido da chapa derrotada e determinou a exclusão do candidato Astério dos Santos da chapa eleita no sindicato, por meio de despacho publicado em seu boletim e no *Diário Oficial da União*. Esta decisão ministerial logo provocou a reação dos trabalhadores de Santo Aleixo, que realizaram manifestações favoráveis à chapa vitoriosa em frente à sede da entidade, ostentando uma faixa com os dizeres: “Tudo pela Liberdade Sindical – Contra a Ameaça de Intervenção” e colhendo assinaturas para o envio de telegramas ao presidente da República, ao seu vice e ao ministro do Trabalho, em sinal de protesto.

Por fim, a resistência dos trabalhadores locais surtiu o efeito desejado e a decisão do ministério foi revogada, embora as perseguições aos dirigentes da nova diretoria tenham sido mantidas bastante ativas, a ponto de o presidente Astério ter sido agredido por policiais e seu secretário “anavilhado” nas proximidades de um bar em Santo Aleixo.<sup>63</sup>

Na mesma época, elegeu-se presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Inhomirim, com sede em Pau Grande, o operário Guilherme Carvalho que, apesar de filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), dialogava bastante com os militantes do PCB. O ex-vereador comunista Petronilho Alves, inclusive, fazia parte da diretoria.

[...] Nós sempre marchávamos juntos! Interessante: políticas diferentes, mas amigos... Ele [Astério dos Santos] tinha um partido... Eu era do PTB [...] Daí a gente dizia assim: “políticas diferentes, mas amigos na reivindicação da classe”. [...] Nós não discutíamos política, discutíamos a vida sindical dos trabalhadores.<sup>64</sup>

Este breve relato da peleja que foi travada para conquistar a direção sindical, garantir a posse da nova diretoria eleita e a sua permanência até o fim do mandato, indubitavelmente configura como um bom exemplo para desconstruir a noção de “cupulismo”, pois o que se observa é, ao contrário, a mobilização dos trabalhadores de base. A trajetória do grupo que elegeu Astério dos Santos como presidente do sindicato foi marcada, justamente, pelo trabalho de base, em concorrência às direções sindicais tidas como conservadoras.

Esta geração de trabalhadores vive o contexto de efervescência comunista que caracterizou o período imediato pós-Segunda Guerra. Sem espaço na entidade sindical, sobretudo após a cassação do PCB em 1947, esses tra-



balhadores têxteis começaram a organizar comissões de operários (também conhecidas como comissões de fábrica), elegendo representantes dentro do local de trabalho e questionando diretamente os patrões para a resolução de problemas, sem passar pelo sindicato. Dessas comissões, surgiram novas lideranças (que mais tarde se tornariam dirigentes sindicais, como Astério) e campanhas que até hoje são lembradas pelos tecelões. A mais notória delas, sem dúvida, foi a do abono de Natal.

[...] Nos anos 1940, houve muita greve, surgindo inclusive um movimento dominante pelo Abono de Natal. Fazia-se muita greve nas proximidades do Natal para se conseguir o abono. Todo o ano aquilo se repetia [...] <sup>65</sup>  
Naquele tempo ninguém sonhava com o Décimo Terceiro e o Sindicato resolveu pedir Abono de Natal; nós percorremos todas as fábricas, não ganhamos, mas já foi uma luta. <sup>66</sup>

Interessante observar como a campanha pelo Abono de Natal tornou-se recorrente nos depoimentos dos antigos operários, sempre citada num sentido de continuidade, como início de uma luta que só seria levada a termo com a aprovação da Lei do Décimo Terceiro Salário, em 1962, de autoria do então deputado federal Aarão Steinbruch, do PTB, nome sempre lembrado pelos operários e que também participou ativamente do Frente Nacionalista Fluminense. <sup>67</sup>

Outro ponto importante foi que em março de 1957, quando a posse de Astério ainda era contestada junto ao Ministério do Trabalho, seu nome foi indicado para o pleito da Federação dos Trabalhadores Têxteis do Rio de Janeiro, quando foi eleito membro do Conselho Fiscal <sup>68</sup>. Tudo leva a crer que essa foi uma tentativa de reforçar o apoio da categoria, em nível estadual, na defesa do mandato do dirigente sindical de Magé. Pouco adiante, em maio, o próprio Astério seria um dos signatários (o único representante de seu município) no manifesto da Frente Nacionalista no Rio de Janeiro.

Logo, esta frente se desdobraria numa série de atividades e grupos, como o I Congresso dos Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro, realizado na cidade de Petrópolis, em junho de 1957; o I Congresso Nacionalista Fluminense, realizado no ano seguinte, na sede da Assembleia Legislativa, em Niterói; e a Frente Parlamentar Nacionalista, que buscava ampliar os seus representantes nas eleições de 1958.

Em nível estadual, foi articulada uma surpreendente chapa entre o PTB e a União Democrática Nacional (UDN), além do PCB clandestino, para eleger Roberto Silveira como governador e pôr fim a hegemonia do PSD nos governos fluminenses. Além de Roberto, outros candidatos que foram lançados em

diversos cargos eram integrantes da Frente Nacionalista. Entre os têxteis, o presidente do Sindicato de Niterói, Almir Reis Neto, disputava a vice-prefeitura da cidade; e Astério dos Santos, presidente do Sindicato de Santo Aleixo, concorria ao cargo de vereador.

Apoiado pelas forças nacionalistas do estado do Rio, o Sr. Roberto Silveira desenvolve ativa campanha, como candidato ao governo fluminense. Com sua presença já se realizaram no interior grandes comícios [...]. No de Magé foi enorme a receptividade e a população daquele município, onde há uma boa concentração operária, ovacionou os oradores num *meeting* que se prolongou até às 23 horas [...]<sup>69</sup>

Nas eleições em Magé, especificamente, os comunistas buscaram novas estratégias, sobretudo em relação ao cargo majoritário de prefeito. Diferente das duas eleições anteriores, em que lançou comunistas ao governo municipal e ambos tiveram suas candidaturas cassadas, o PCB de Magé resolveu aliar-se ao PTB, apoiando para o cargo de prefeito José Barbosa Porto, um ex-funcionário do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) no município. Entretanto, a vitória seria bastante difícil de ser conquistada. Como adversários, Porto enfrentou dois ex-prefeitos mageenses com forte potencial eleitoral: José Ullmann Junior, pela UDN; e Waldemar Lima Teixeira, pelo PSD. Este último foi apoiado pelo então prefeito e correligionário Olívio de Mattos.

Ao fim do pleito, foi eleito governador do Estado o candidato Roberto Silveira, do PTB, ao passo que, em Magé, o ex-prefeito Waldemar Lima Teixeira sagrou-se vencedor nas urnas, acompanhado de seu companheiro de chapa no PSD a vice-prefeito, João Seixas Junior. Mantendo-se abrigados no Partido Socialista Brasileiro (PSB), os comunistas lançaram vários candidatos à Câmara Municipal de Magé, sobretudo operários atuantes nos sindicatos. Conseguiram eleger dois vereadores: os trabalhadores têxteis Astério dos Santos, de Santo Aleixo, e Darcy Câmara, de Pau Grande, ambos do PSB.

A nova composição da Câmara Municipal de Magé, empossada em 1959, apresentou novidades em relação às legislaturas anteriores, pois apesar da maior bancada ainda ser do PSD, o partido do prefeito, esses eram apenas cinco parlamentares, sendo a maioria absoluta dos vereadores de partidos adversários. Inclusive, foi eleito para a presidência da Câmara o vereador David d'Almeida, do PTB, partido do candidato a prefeito derrotado, José Barbosa Porto. Além disso, houve uma significativa renovação política na Câmara, com o ingresso de diversos vereadores em seu primeiro mandato.

Ao longo dos debates, o PSD favorecia-se das cisões na aliança PCB-PTB, já que os comunistas mantinham proximidade apenas com alguns setores tra-

balhistas, sobretudo àqueles mais ligados aos interesses do operariado, como o candidato Porto, por exemplo. Enquanto isso, o presidente do PTB magueense, Dr. Radamés Marzullo, adversário dos comunistas de longa data (responsável pela cassação dos vereadores comunistas eleitos em 1947), assistia a essa coligação com reservas. Tal situação foi inclusive explicitada pelo vereador do PTB Paulo Leitão Junior, por ocasião de sua posse, quando criticou o candidato do seu partido ao governo municipal, declarando que se inspirava no presidente Radamés Marzullo e que apoiaria, portanto, o prefeito Waldemar Lima Teixeira. Ao final da mesma reunião, solicitou retificação no registro de seu discurso afirmando que “apoiaria indicações do Sr. Prefeito sempre que elas visassem ao bem-estar coletivo”.<sup>70</sup>

Por outro lado, o PSD também teve perdas significativas. Um de seus vereadores eleitos, Emigdio Dutra de Farias, logo no início do mandato, transferiu-se para a UDN, seu antigo partido, que fazia oposição ao governo de Waldemar Lima Teixeira. Por ocasião da mudança partidária, a bancada da UDN comemorou o seu retorno ao “partido da eterna vigilância”.

Como é possível perceber, a aliança para o governo fluminense (PTB-UDN-PCB), em 1958, não se reproduziu fielmente em âmbito municipal, muito embora a própria configuração da aliança estadual tenha sofrido diversos revezes, particularmente após o chamado “quebra-quebra das barcas”, ocorrido em Niterói, então capital do Estado, em maio de 1959. Na ocasião, houve uma revolta popular contra o serviço hidroviário responsável pelo trajeto Niterói/Rio de Janeiro, sendo registrados diversos casos de depredação e incêndio tanto das instalações da empresa quanto da residência da família de empresários que administrava as barcas (o grupo Carreteiro), contabilizando um total de seis mortos e mais de 100 feridos. Logo, “na área política repercutem os acontecimentos” e “os partidos procuram ocupar os espaços e ganhar vantagens com a revolta”<sup>71</sup>, grande parte deles criticando a atuação do governo fluminense (particularmente do governador Roberto Silveira) durante o episódio. Entre os mais críticos, estavam a UDN, bastante motivada pelos discursos do seu maior expoente a nível nacional, Carlos Lacerda; e o PSD, derrotado no último pleito para o governo do Estado.

No entanto, o trágico falecimento do governador Roberto Silveira, em 1961, acabou reorientando, paulatinamente, as alianças políticas fluminenses, unindo PTB e PSD para o pleito do ano seguinte, em torno da candidatura de Badger da Silveira (irmão do governador falecido), ao passo que o PCB apoiou como candidato a governador o ex-udenista Tenório Cavalcante, que havia se afastado do partido em 1960, após divergências com o seu diretório nacional, e ingressado no Partido Social Trabalhista (PST).

Agora aliado aos comunistas, Tenório Cavalcante chegou inclusive a incorporar em seu vocabulário político palavras de ordem contra o imperialismo e o latifúndio, e a favor da reforma agrária. Durante o processo eleitoral, por exemplo, o líder das Ligas Camponesas Francisco Julião chegou a demonstrar seu apoio publicamente:

[...] Tenório é um de meus companheiros decididos nesta cruzada de liberação de nossa gente. Tenório, cristão, não se envergonha de cerrar fileira ao lado dos marxistas, embora deles espiritualmente divirja, porque o que Tenório quer é resolver a crise do pão para o povo e é também o que desejam os marxistas [...]<sup>72</sup>

Por outro lado, o candidato trabalhista Badger da Silveira dirigiu uma carta ao Conselho Sindical Estadual, presidido pelo líder têxtil Almir Reis Neto, oferecendo “facilidades no transporte, alojamentos e alimentos”<sup>73</sup> para enviar uma delegação fluminense à IV Conferência Sindical Nacional, em São Paulo, reforçando o quanto as organizações correntes políticas de base operária eram importantes na mobilização do eleitorado.

Em Magé, as eleições de 1962 colocaram mais uma vez, frente a frente, PSD e PTB na disputa pelo governo municipal. Os trabalhistas apresentaram como candidato a prefeito José Barbosa Porto, segundo colocado no pleito anterior, e como vice Guilherme Carvalho, presidente do Sindicato de Pau Grande, ambos com o apoio dos comunistas “à base de sua pregação nacionalista e democrática”<sup>74</sup>. Já o PSD, tentava emplacar um rodízio no governo municipal entre Waldemar Lima Teixeira, eleito em 1950 e 1958, e Olívio de Mattos, eleito em 1954 e agora outra vez candidato, tendo o vereador Moacyr Pimentel como companheiro de chapa a vice-prefeito.

A eleição para os cargos de prefeito e vice-prefeito ocorria separadamente e o resultado foi bastante acirrado: vitória do candidato do PTB José Barbosa Porto ao governo municipal e do candidato do PSD Moacyr Pimentel ao cargo de vice-prefeito. Para a Câmara Municipal de Magé foram reeleitos os líderes têxteis Astério dos Santos e Darcy Câmara. No mesmo dia, foram realizadas as eleições para o Estado do Rio de Janeiro, elegendo-se deputado estadual o ex-prefeito Waldemar Lima Teixeira. Para governador, foi eleito Badger Teixeira da Silveira, do PTB, irmão do ex-governador Roberto Silveira.

Nesse contexto, já percebemos que o município de Magé havia sido bastante influenciado pelo cenário político nacional, com grande parte das discussões do parlamento mageense se voltado para questões que extrapolavam a esfera da municipalidade. Em meio aos pronunciamentos dos vereado-

res na Câmara, percebemos as reiteradas tentativas de se pensar a política em Magé ancorada ao contexto político brasileiro.

Vale ressaltar que, em 1961, com a renúncia do presidente da República Janio Quadros, eleito pelo Partido Democrata Cristão (PDC) no ano anterior, com o apoio da UDN, e a posse do vice-presidente João Goulart, do PTB, a política nacional vivenciou situações de impasse. Herdeiro político de Getúlio Vargas, ex-ministro do Trabalho e bastante vinculado ao movimento sindical, o novo presidente era visto com maus olhos por setores conservadores, tanto é que os ministros militares tentaram impedir sua posse, o que acabou não ocorrendo. Porém, mediante proposta de uma ampla coalizão de forças políticas, João Goulart assumiu o cargo sob o regime parlamentarista, tendo como primeiro-ministro Tancredo de Almeida Neves.

Ao assumir a presidência da República em 7 de setembro de 1961, Goulart apresentou à nação uma proposta de mudança bastante próxima ao programa defendido pelos pecebistas. Além das chamadas reformas de base, incluindo as reformas agrária, urbana, bancária, fiscal e universitária, o presidente da República propôs uma política de controle sobre o capital estrangeiro e de nacionalização e estatização dos setores básicos da economia. Defendia a extensão do direito de voto aos analfabetos e aos oficiais não graduados das Forças Armadas, assim como a legalização do Partido Comunista. [...] A posse de Goulart foi saudada pelos comunistas como uma vitória das forças nacionalistas e democráticas [...].<sup>75</sup>

Nesse ínterim, ficou acordado que o retorno ao regime presidencialista só poderia ocorrer mediante consulta aos eleitores em um referendo ou plebiscito, que foi realizado em 6 de janeiro de 1963. Durante a campanha, PCB e PTB estiveram novamente juntos, agora defendendo o presidencialismo.

Por sinal, desde o início da década de 1960, a aliança dos comunistas com os trabalhistas se fortaleceu sobremaneira, talvez devido ao intenso processo de luta interna por qual passava o PCB. Sob a liderança de Luís Carlos Prestes, foi realizada, em 1961, uma Conferência Nacional que aprovou um novo estatuto para o partido e modificou o seu nome, de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, mantendo-se a sigla PCB. Foram realizadas essas modificações com o intuito de descaracterizar os vínculos da URSS com o partido, acentuar seu caráter nacional-democrático e reconquistar a legalização da legenda. Entretanto, essa nova postura não agradou parte da militância. Liderado por João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois, um grupo dissidente desconsiderou a Conferência Nacional de 1961, reali-

zou uma Conferência Extraordinária em fevereiro de 1962, elegeu um novo Comitê Central e manteve o nome original de Partido Comunista do Brasil, adotando, porém, a sigla PCdoB. Dessa forma, os dois partidos comunistas se encontravam em forte concorrência.

Na conjuntura pré-1964, o clima era de intensa radicalização. Embora o PCB fosse a mais proeminente força política no campo das esquerdas, ele disputava espaço com o PCdoB, a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop), a Ação Popular (AP), as Ligas Camponesas dirigidas por Francisco Julião, além de alguns setores do PTB, tendo à frente o deputado federal Leonel de Moura Brizola. Interessante ressaltar que, enquanto os setores mais conservadores da política nacional sentiam-se ameaçados pelo PCB, a maioria desses agrupamentos de esquerda o consideravam um partido “reformista”, aliado da burguesia, sobretudo após sua aliança com o PTB.

Com essa aproximação junto aos trabalhistas, o PCB, que já mantinha considerável influência no movimento popular, também passou, paulatinamente, a conquistar espaço e cargos na estrutura do Estado.

[...] Em aliança com os petebistas, detinham o controle de grande número de sindicatos, federações e confederações de trabalhadores urbanos e rurais. Os comunistas também participavam ativamente da criação de diversas intersindicais, regionais e nacionais, que atuavam à margem da estrutura oficial. Dentre elas, a mais importante foi o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), criado em agosto de 1962 e fortemente influenciado pelo PCB. Também em aliança com o PTB, o PC detinha o controle da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI). Nesse mesmo período, os dirigentes comunistas, sobretudo Luís Carlos Prestes, tinham livre trânsito junto às elites governamentais, inclusive junto ao presidente da República.<sup>76</sup>

Nesse sentido, a aliança PCB-PTB também foi fundamental na campanha pelo presidencialismo em 1963, que foi restabelecido por larga margem de votos. Em Magé, os eleitores também decidiram pelo retorno ao antigo sistema de governo, inclusive por uma percentagem superior à nacional, 86% contra 82%, respectivamente. Ao todo, 13.816 mageenses compareceram às urnas, sendo que 11.923 não aprovaram o ato adicional que instituiu o parlamentarismo no Brasil.<sup>77</sup>

Com o resultado incontestado do plebiscito que garantiu ao país o retorno ao presidencialismo, os discursos na Câmara de Magé, especificamente, passaram a apresentar um tom cada vez mais nacionalizado, como demonstra o discurso proferido por Astério dos Santos em plenário no dia 18 de junho de 1963.

[...] Com a palavra o vereador Astério dos Santos, dizendo ser o momento de alta expectativa, quando algumas arestas precisam ser aparadas, mas prefere se deter em consideração sobre dois males que precisam ser evitados, pois constituem inimigos da Pátria. De um lado a penetração imperialista em nossa economia; de outro o latifúndio, de mentalidade recalcada. É grande a responsabilidade da Casa, que precisa meditar bastante e colocar-se na defesa da soberania da Pátria. O povo reconquistou pelo plebiscito o Regime Presidencialista. Necessário se faz que o presidente da República faça as reformas de base, principalmente a agrária, para fixar o camponês à terra. Disse, ainda, que se divorciam no país os três Poderes e continua dizendo não abrir mão das prerrogativas de que dispõe na defesa das forças progressistas e dos trabalhadores. Faz então um apelo no sentido da união dos Poderes no benefício da Pátria e que os problemas são muito mais sociais do que jurídicos. Protesta contra o Código do Processo Civil que ampara o despejo dos lavradores e finaliza dizendo que os partidos devem atentar bem para esses problemas, procurando equacioná-los para fazer do Brasil uma pátria livre e poderosa [...].<sup>78</sup>

Além disso, verificamos que os vereadores Astério e Darcy começaram a apresentar nesse período uma série de proposições em plenário que evidenciavam os reflexos da política nacional na Câmara Municipal de Magé, tais como moções de solidariedade a Cuba, de congratulação a líderes sindicais de outros municípios e de aplauso às autoridades que defendiam publicamente a legalidade do PCB, o restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com a URSS e as Reformas de Base.

Dessa forma, gostaríamos de salientar que as formas de organização e lutas das correntes políticas fluminenses de base operária, particularmente no decênio de 1954-1964, sinalizavam cada vez mais para a formação de frentes ou pactos de ação, mobilizadas por uma posição nacionalista, em detrimento de alianças partidárias mais sólidas, tendo o capital político dos trabalhadores sobressaído fortemente nesse contexto.

Crescentes numericamente, os trabalhadores brasileiros – rurais e urbanos – atravessaram a década de 1950 mobilizando-se em sindicatos e comitês de fábrica e de bairro, onde articulavam e tornavam públicas suas demandas. Em um período de forte discurso nacionalista, eles eram enaltecidos pelas autoridades como “braços” do desenvolvimentismo. No entanto, em suas formas de organização, lutas e participação política, esses homens e mulheres laboriosos queriam também ser a “cabeça”, exigindo que suas reivindicações e propostas fossem incluídas na pauta dos debates sobre o desenvolvimento do país.

No caso de Magé, a ação conjunta e de solidariedade com outras categorias fez escola. Para além do universo têxtil, destacamos a atuação dos

ex-vereadores comunistas José Aquino de Santana e Manoel Ferreira de Lima como líderes sindicais.

O guarda-fios da CBEE, José Aquino de Santana, chegou à presidência do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Niterói (Stieen) em 1958, permanecendo à frente da entidade até a intervenção do governo civil-militar em 1964. Ele teve sua gestão marcada pelo aumento da base territorial do sindicato, alcançando novos municípios e, conseqüentemente, novos sindicalizados, por ter promovido a união da categoria, possibilitando o surgimento de novas lideranças, além de ter comprado o terreno para a construção da sede própria da entidade. Seu período como presidente também adquiriu destaque pela conquista do Abono de Natal para os eletricitários, das férias de 30 dias e a respectiva gratificação da redução da semana de trabalho para cinco dias, além de aumentos anuais significativos para a categoria. Como homenagem, José Aquino de Santana tornou-se um dos patronos do Sindicato dos Eletricitários e seu nome foi escolhido para o Salão de Assembleias da entidade.<sup>79</sup>

Já o tecelão Manoel Ferreira de Lima, devido sua militância em comissões de fábrica, acabou sendo demitido, ficando desempregado bastante tempo. A partir de então, rumou para o campo e logo se engajou na luta por melhores condições de vida para os trabalhadores rurais de Magé, justamente em um período de intensos debates acerca da estrutura fundiária do país. Eleito vereador em 1954 pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), o comunista frequentemente fazia uso da palavra em plenário para defender os homens do campo. Nesta época, já mantinha contato com outros líderes camponeses ligados ao partido, como Bráulio Rodrigues e José Pureza, os pioneiros no movimento associativo de trabalhadores rurais na Baixada Fluminense<sup>80</sup>. Mais tarde, chegou a ocupar a presidência da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), a vice-presidência da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) e participou da fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Por sinal, foi justamente nas terras da Companhia América Fabril, próximas à Fábrica Pau Grande, que despontou uma série de conflitos entre posseiros, grileiros e proprietários, a partir da segunda metade da década de 1950. Tudo isso ocorreu em meio ao início da construção de uma estrada que cortava três distritos e valorizou intensamente as terras circunvizinhas. A empresa têxtil, que mantinha trabalhadores na indústria e na sua “roça”, era acusada de grilagem de terras e chamada de latifundiária pela Associação dos Lavradores de Magé, entidade organizada em 1956.

Como Astério dos Santos era presidente do Sindicato de Santo Aleixo, a entidade chegou a servir de sede tanto para a associação quanto para o sindi-



cato dos trabalhadores rurais. Esta rede de solidariedade também se aplicava às manifestações públicas. Em 1961, por exemplo, durante as comemorações do 1º de Maio, o Sindicato de Santo Aleixo e a Associação dos Lavradores promoveram um evento em conjunto, ocorrendo inclusive uma passeata durante à tarde, com a presença de diversos oradores. Outro exemplo da intensa articulação entre tecelões e camponeses foi a publicação do jornal *O Tiradentes*, publicado pelos sindicatos dos têxteis de Santo Aleixo e Pau Grande em conjunto com o Sindicato dos Lavradores de Magé em 1963. Interessante observar que, tal como no discurso do petebista Jonas Bahiense em 1958, a imagem do líder inconfidente é novamente evocada como ícone deste movimento nacionalista.



Imagem 3: Primeira edição do jornal *O Tiradentes* (01/05/1963)  
 Autor desconhecido. *Fac-símile* do processo BNM 302. fl.281  
 Fonte: Projeto Brasil Nunca Mais Digital ([bnmdigital.mpf.mp.br](http://bnmdigital.mpf.mp.br))

A própria Falerj, quando se transformou na Federação dos Pequenos Lavradores e Trabalhadores Autônomos do Rio de Janeiro, em 1963, para se adequar à nova legislação sindical, realizou sua reunião deliberativa na sede da Federação dos Trabalhadores na Indústria Têxtil, em Niterói.

[...] Assim, quando os operários forem à greve, os camponeses ocuparão as terras; e quando os camponeses ocuparem as terras, os operários irão à greve em seu apoio. Nem o mais forte exército do mundo poderá esmagar essa aliança de operários e camponeses.<sup>81</sup>

## Considerações finais

Em abril de 1964, foi realizada uma diligência policial no Sindicato dos Têxteis de Magé. Na ocasião, foram feitas apreensões de “material subversivo” e o presidente da entidade, Astério dos Santos, passou a ser procurado pela polícia, sob a acusação de formar um “Grupo dos 11”<sup>82</sup> no município. Astério, que também era vereador pelo PSB, teve o seu mandato cassado pela Câmara Municipal, juntamente com Darcy Câmara, eleito pelo mesmo partido. Ambos foram conduzidos à prisão e responderam processos por enquadramento na Lei de Segurança Nacional (LSN n.38/1935). Os sindicatos, dos têxteis e dos rurais, sofreram intervenção via Ministério do Trabalho. No mês seguinte, o prefeito da cidade, o petebista José Barbosa Porto, sofreria *impeachment* a partir de acusações de má utilização de dinheiro público.

Na capital fluminense, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria, Fiação e Tecelagem de Niterói também sofreu intervenção. A última eleição sindical ocorrida naquele ano foi suspensa e dois dos seus diretores acabaram solicitando licença por tempo indeterminado e “por motivos independentes da sua vontade” (STIFT – Niterói *Ata da reunião de Diretoria*. 2/5/1964). A Federação dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, também situada na capital, teve a sua sede interdita pela polícia após o presidente da entidade, Almir Reis Netto, ter sido declarado desaparecido. À época da derrubada do presidente João Goulart, Almir também presidia o Conselho Sindical do Estado do Rio de Janeiro (que compreendia diversas categorias) e articulava a organização de frentes de mobilização popular para pressionar as variadas instâncias do governo em favor dos interesses dos trabalhadores.

Em julho de 1963, mais de 50 mil tecelões do estado do Rio de Janeiro e da Guanabara, reunidos em torno do Pacto de Unidade e Ação (PUA), ameaçavam entrar em greve, devido à resistência dos empresários em negociar um aumento salarial e rever os acordos sindicais que haviam sido expirados. Os têxteis de Niterói, Petrópolis e Santo Aleixo (em Magé), por exemplo, lutavam por um aumento de 90%; os operários de Pau Grande, também em Magé, exigiam 80%; enquanto os tecelões de Friburgo teriam costurado um acordo com os patrões. Estes impasses entre “as partes”, inclusive, levou o presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), desembargador Cesar Pires Chaves, a defender a criação de um “TRT fluminense”, diante do crescente número de processos oriundos do Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, além da Guanabara. O desembargador recomendava também a instalação de novas

Juntas de Conciliação e Julgamento, “sobretudo agora com os benefícios da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais”.<sup>83</sup>

Todo este efervescente panorama no mundo do trabalho evidenciava muito mais que a defesa do governo Goulart e das reformas de base. A questão mais premente e delicada se referia à forma para se chegar aos objetivos e necessidades dos trabalhadores. “Tudo que pedíamos ao Jango ele alegava que não tinha apoio e a gente ‘decreta, presidente!’, ‘decreta, presidente!...’”, recordou o antigo tecelão mageense e militante comunista José Rodrigues. Indubitavelmente, estes questionamentos implicavam uma ruptura da aliança nacional entre o PTB (leia-se, o presidente da República) e o PSD, optando-se pela aprovação das reformas de base por meio de uma ampla pressão popular em detrimento da formação de uma Frente Progressista ou Frente Única, conforme foi defendida pelo deputado petebista San Tiago Dantas, visando compor maioria no Congresso, de perfil mais moderado, para garantir a aprovação das reformas, ainda que sujeita às concessões que viriam do debate parlamentar. Por fim, venceu o entendimento de que o parlamento não configurava como uma representação “autêntica” do povo brasileiro e que era preciso dar voz e vez às massas, posição consolidada com a realização do Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964.

[...] De Niterói, o Conselho Sindical do Estado do Rio de Janeiro informou ao CGT que virão cerca de 25 mil fluminenses ao comício, sendo 15 mil da Capital [Niterói] e 10 mil do interior. De Caxias e Magé virão 10 ônibus e 2 trens especiais.<sup>84</sup>

[...] Reivindicações de reformas, “encampação das refinarias”, “cadeia para os tubarões” e “legalidade para o PCB” foram os principais motivos das faixas, cartazes e impressos que proliferaram no comício de ontem junto à Central. Em sua maioria, foram mobilizados pelo CGT, PUA e outras organizações sindicais. Os manifestantes ostentavam, também, retratos do presidente João Goulart e um trecho da “carta testamento” de Getúlio Vargas aparecia numa das faixas: “o povo de quem fui escravo não será mais escravo de ninguém”.<sup>85</sup>

Dessa forma, os trabalhadores têxteis fluminenses buscaram dar a sua contribuição à luta coletiva por direitos (não apenas trabalhistas) e à emancipação nacional diante da exploração estrangeira. Embora outros setores despontassem como prioritários para a economia do país, os operários da indústria de tecidos no estado do Rio de Janeiro notabilizaram-se tanto pela promoção da solidariedade de classe entre as diversas categorias quanto pela liderança que assumiu diversas vezes nas formas de organização coletivas dos trabalhadores nas décadas 1950 e 1960.

## RESUMO

---

Este artigo tem como objetivo investigar a participação dos trabalhadores têxteis de Niterói e de Magé na tessitura das alianças entre comunistas e trabalhistas no antigo estado do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade dos anos 1950 até o golpe civil-militar em 1964. Esta categoria, comumente designada como “tradicional” dentro da esfera produtiva, desempenhou um papel destacado no cenário político fluminense, tanto pela intensa atividade sindical quanto pelo protagonismo em episódios políticos importantes, desde as primeiras décadas do século XX. Nos anos 1950, quando o país registrava índices crescentes de greves operárias e manifestações contra a carestia, os têxteis fluminenses, agora amplamente articulados a outras categorias de trabalhadores – notadamente operários da construção naval e civil em Niterói e lavradores em Magé – buscavam, como alternativa para maximizar a sua participação junto às esferas de poder, uma articulação com correntes políticas unificadas sobre bandeiras nacionalistas e trabalhistas.

## PALAVRAS-CHAVE

---

Militância sindical; Trabalhadores têxteis; estado do Rio de Janeiro (RJ).

*The textile union militancy and the political alliances: communism, labourism and nationalism in the working class experiences in the state of Rio de Janeiro (1955-1964)*

## ABSTRACT

---

This article aims to investigate the participation of the textile workers of the cities Niterói and Magé in the organization of alliances between communists and labourites in the former state of Rio de Janeiro, from the second half of the 1950s until the civil-military coup of 1964. This category, commonly referred to as “traditional” in the productive sphere, played a prominent role in fluminense political scene, both for its intense activity in the unions, as by their role of protagonist in important political episodes in the former state of Rio de Janeiro since the first decades of the century XX. In the 1950s, when the country recorded crescent levels of worker strikes and demonstrations against the cost of living, the fluminenses textiles, already well articulated with other categories (especially the workers of the shipbuilding and construction civil in Niterói and the peasants in Magé), sought an articulation, as alternative to maximizing its acting in the spheres of power, with political groups unified under flags nationalist and labourites.

## KEYWORDS

---

Union militancy; Textile workers; State of Rio de Janeiro (RJ).

## NOTAS

---

1. Doutora em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV. E-mail: luwollmann@yahoo.com.br

2. Bolsista Faperj de Pós-doutorado pelo IM/UFRRJ e Doutor em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV. E-mail: felipe\_ffp@yahoo.com.br
3. MANIFESTO DA FRENTE NACIONALISTA FLUMINENSE: 30/05/1957. p. 3
4. Documento anexado ao processo de investigação contra o prefeito de Miracema/RJ, José de Carvalho. Acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI). Arquivo Nacional.
4. *Imprensa Popular*. 22/04/1958. p. 3.
5. *O Semanário*. 22/04/1958. p. 10.
6. Brasil Nunca Mais (BNM). Ficha de Referência de Jonas Bahiense de Lyra. DPS, 14/9/1964.
7. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA J.; REIS D. A. (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical* (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 365.
8. *Ibidem*, p. 364.
9. FORTES, Alexandre. Sul em chamas. *Revista Nossa História*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Vera Cruz, ago/2004, a.1, n. 10, p.32. O referido autor também possui outros trabalhos acerca do tema. Cf. \_\_\_\_\_. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul-RS: Garamond, 2004.
10. A “Campanha o Petróleo é Nosso” foi um movimento civil-militar ocorrido entre 1947 e 1953 em defesa do monopólio estatal na exploração das reservas petrolíferas nacionais. Para mais, ver: SILVA, Angelissa Azevedo E. Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional. In: FERREIRA J.; REIS D. A. (Orgs.). *Op. Cit.*, p. 309-333.
11. ALMEIDA, Lucília de. *PTB: do getulismo ao reformismo* (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 99.
12. A título de exemplo, apesar dos comunistas colocarem-se a favor da unidade e apoiar o governo João Goulart, eles criticavam duramente a morosidade do presidente em colocar em prática as anunciadas reformas de base. Cf. SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2001. p. 99.
13. A pesquisadora Lucília de Almeida apontou a existência de duas tendências dentro do PTB desde a sua fundação, e atuantes naquele momento: a primeira, denominada “getulista pragmática”, defendia que o partido deveria cultivar o carisma de Vargas como instrumento de mobilização política e era composta, em sua maioria, por elementos ligados à burocracia estatal e aos sindicatos oficiais; a segunda corrente, chamada de “doutrinária”, defendia que o PTB deveria articular-se em torno de uma doutrina socializante, independente de carismas pessoais e da burocracia estatal. Cf. ALMEIDA, Lucília de. *Op. Cit.* p. 58-62.

14. Anita Prestes chama a atenção para a presença do nacionalismo na política do PCB, desde pelo menos o início dos anos 1930. PRESTES, Anita Leocádia. Memória do PCB: duas táticas e uma mesma estratégia: do “Manifesto de Agosto de 1950” a “Declaração de Março de 1958”. Disponível em: <[http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com\\_content&view=article&id=284:memoria-do-pcb-duas-taticas-e-uma-mesma-estrategia-do-manifesto-de-agosto-de-1950-a-declaracao-de-marco-de-1958&catid=18:artigos&Itemid=140](http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=284:memoria-do-pcb-duas-taticas-e-uma-mesma-estrategia-do-manifesto-de-agosto-de-1950-a-declaracao-de-marco-de-1958&catid=18:artigos&Itemid=140)>. Sobre este assunto, ver também: AMARAL, Roberto Mansilla. Astrogildo Pereira e Octávio Brandão: os precursores do comunismo nacional. In: FERREIRA J.; REIS D. A. (Orgs.). A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 249-272
15. APERJ. DPS. Folhetos. Ainda que o motivo para a expulsão de Crispim tenha sido a sua postura “direitista” com relação a linha oficial “tirada” pelo partido, o jornal fluminense *Diário do Povo* explicava que a cisão interna do PCB foi motivada por divergências com a “ala nacionalista” liderada por José Maria Crispim e informava que grande parte das bases lideradas por Crispim estaria em Niterói e Santo André. Cf. *Diário do Povo*, 7/2/1952. p. 1-3.
16. Os postulados expressos no Manifesto de Agosto de 1950 foram mantidos no IV Congresso do PCB realizado clandestinamente em novembro 1954.
17. Nos meios sindicais, as pressões de grupos da base já haviam motivado uma inflexão na linha geral do partido desde 1952 quando este acabou por oficializar o retorno da militância aos sindicatos oficiais e a realização de alianças com setores não comunistas, situações estas que já ocorriam na prática. Cf. SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores e militância sindical: a relação partido/sindicato/classe no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947-1964). In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs.). *Trabalho e tradição sindical: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DPC&A, 2001. p. 177-178.
18. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicato e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2007. p. 60.
19. GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
20. Niterói foi capital da província e depois capital do Estado do Rio de Janeiro de 1835 a 1975. Após ter sido palco de violentos combates durante a Revolta da Armada, em 1893, Petrópolis se tornou capital do Estado do Rio de Janeiro no intervalo de 1894 a 1903.
21. *Imprensa Popular*. 23/05/1955. p. 2.
22. APERJ. Divisão de Ordem Política e Social (Dops). Prontuário de Almir Reis Netto. PRONT. RJ. 21494.
23. SILVA, F. T; SANTANA, M. A. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA J.; REIS D. A. (Orgs.). *Op. Cit*, 2007. p. 117.

24. *Imprensa Popular*. 30/07/1955. p. 3

25. *Imprensa Popular*. 30/07/1955. p. 3

26. *Imprensa Popular*. 12/06/1955. p. 1-2

27. Em 23 de maio de 1955, o jornal *Imprensa Popular* publicou o teor de um documento enviado pelo MNPT ao Diretório Nacional do PTB solicitando a “[...] reconsideração do apoio concedido do apoio oferecido pelo PTB ao candidato reacionário do PSD”. A pesquisadora Maria Celina d’Araújo menciona que durante a realização da VIII Convenção MNacional do PTB “[...] foram lidas ‘numerosas mensagens de populares sugerindo à Convenção o nome do companheiro João Goulart para candidato próprio do partido à presidência da República’. Em seguida foi lida ‘carta do Sr. Luís Carlos Prestes propondo a formação de uma frente popular que aliasse trabalhistas e comunistas na disputa das eleições presidenciais’”. In: D’ARAÚJO, Maria Celina de. *Sindicato, carisma e poder: o PTB de 1945 a 1965*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 109.

28. Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT) (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de. *et al.* (Coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

29. LEAL, Murilo. *A Reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora Unicamp, 2011. p. 432

30. Sobre “etapas históricas”, Murilo Leal refere-se aos “estágios” que, de acordo com os postulados do Partido Comunista, uma sociedade precisava passar antes de alcançar a revolução socialista. Sobre a noção de “novo bloco histórico”, o mesmo historiador procura, a partir escritos de Antonio Gramsci, pensar como a classe trabalhadora brasileira vinha se consolidando como força hegemônica através de suas lutas. Cf. *Ibidem*.

31. *Ibidem*. Grifos nossos.

32. DUNHAM, Eunice. *Movimentos sociais: a construção da cidadania. Novos estudos Cebrap*. São Paulo, 1984. p. 30

33. CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. *Movimentos Sociais na América Latina. Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 1, n 3, 1987. p. 8.

34. “Sr. Comissário, o cidadão Ecy Tavares na qual o mesmo dá conta das atividades do Exmo. Sr. Dr. Roberto Silveira dentro dos sindicatos, quando é sabidamente proibido por lei a atividade política nos mesmos. Pois o referido vem por todos os meios e modos e toda vez que lhe é possível estar presente em reuniões sindicais e locais de trabalho a fim de agitar os trabalhadores e acenando-os com melhores salários através de dissídios coletivos e não sendo os mesmo atendidos, o único caminho teriam que recorrer a greve. O que não podemos esquecer é que o antigo sonho da República Sindicalista é acalantado por esses maus brasileiros que se dizendo amigo dos trabalhadores, os levam para o caminho que atentam

contra a tranquilidade da nação, haja visto as visitas que o senhor vice-governador tem feito à ilha do Viana e outros setores navais com o deputado Irineu José de Souza, elemento este sabidamente comunista [...]”. In: APERJ. DOPS. Prontuário de Roberto Silveira. PRONT. RJ. 3833.

35. O CEEP foi inaugurado em 29/01/1949 e contou com a participação do então deputado estadual Roberto Silveira (PTB), do coronel Artur Carnaúba e dos ex-deputados comunistas Claudino José da Silva, Josias Ludolf dos Reis e Geraldo Reis. APERJ. DOPS. Prontuário de Claudino José da Silva. PRONT. RJ. 13.293.

36. Liga da Emancipação Nacional (LEN) (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de. *et al.* (Coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

37. *Imprensa Popular*, 7/4/1955. p. 4

38. Roberto Silveira foi eleito governador do Estado do Rio de Janeiro em outubro de 1958 pela Coligação Popular Nacionalista (PTB-UDN-PSP-PSB-PR e o PCB), tendo recebido 56,6% dos votos.

39. *Última Hora*, 3/10/1959. p. 4

40. Brasil Nunca Mais (BNM). Depoimento de Oswaldo José Vicente. DPS, 30/3/1965.

41. APERJ. Divisão de Polícia Política e Social (DPS). Movimento Grevista do Estado (RJ). Notação 243 (v. 1 e 2). 1948-1954.

42. Os grevistas contaram com decisivo apoio do vereador comunista Thomaz Gomes Martins, eleito pela legenda do Partido Libertador (PL), do deputado estadual udenista Saramago Pinheiro, e deputado estadual trabalhista Roberto Silveira.

43. A greve de 1949 mobilizou 13 fábricas: Fábrica Filó, Fábrica Ipu e Fábrica de Rendas em Friburgo; Cia. São Pedro de Alcântara, Fábrica Cometa, Fábrica Dona Irene, Fábrica Aurora, Fábrica Dona Isabel e Cia. Petropolitana, em Petrópolis; Fábrica Pau Grande e Fábrica Andorinhas, em Magé e Cia. Manufatora Fluminense e Fábrica Maruí, em Niterói. De todos os municípios, os têxteis de Friburgo foram os únicos que conseguiram tirar vitórias concretas. Segundo o jornal *Voz Operária* (26/6/1949), ao final da greve eles conseguiram garantir o aumento de 40% e reduzir a taxa de assiduidade para 80%. Já entre os mais prejudicados, destacamos os trabalhadores da Cia. Manufatora Fluminense, que chegaram a obter uma adesão de quase 100% em 22 dias de greve, mas a inflexibilidade dos patrões levou ao arrefecimento do movimento que resultou na demissão por justa causa de 11 trabalhadores (alguns já estáveis) sobre argumento de que participaram de uma greve ilegal.

44. Durante os dias de greve foram efetuadas inúmeras prisões de trabalhadores e ocorreram fortes embates físicos com a polícia.

45. No caso da greve ocorrida em Niterói (nas fábricas Manufatora e Maruí), o sindicato passou por um período de intervenção, o que acabou por excluir os tra-



balhadores destas duas fábricas do dissídio coletivo realizado em 1948, pelo fato da diretoria ministerialista não ter conseguido alcançar quórum na assembleia que autorizava a instalação do dissídio. Após a greve de 1948, uma nova diretoria sindical foi eleita e se mobilizou, na greve de 1949, para pleitear o referido aumento.

46. APERJ. Divisão de Polícia Política e Social (DPS). Movimento Grevista do Estado (RJ). Notação 243 (v. 1 e 2). 1948-1954.

47. *Imprensa Popular*, 16/9/1953. p. 4

48. Pacto de Unidade e Ação (PUA) (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de. *et al.* (Coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

49. De 1947 a 1959, o PSD foi hegemônico no estado do Rio, elegendo à frente da governadoria fluminense: Edmundo de Macedo Soares (1947-1951); Ernani do Amaral Peixoto (1951-1955) e Miguel Couto Filho (1955-1958).

50. Ambos foram iniciados no governo de Roberto Silveira e retomados parcialmente no governo de Badger da Silveira.

51. Badger Teixeira da Silveira (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de. *et al.* (Coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, e COMISSÃO DA VERDADE DE NITERÓI (CNV). *Relatório Parcial de Pesquisa e Atividades*. Niterói: junho de 2014.

52. Estes nomes foram pesquisados pela Comissão da Verdade de Niterói (CVN) e a identificação da profissão destes trabalhadores foi possível através de consulta feita junto à base de dados Brasil Nunca Mais (BNM). Não foram localizados nesta pesquisa os nomes de Afonso Celso Nogueira Monteiro, Aristóteles de Miranda Melo e José Maria Cavalcanti entre a lista de presos no Caio Martins.

53. Segundo pesquisas realizadas por Felipe Ribeiro, Niterói, assim como Magé, São Gonçalo, São João de Meriti, Duque de Caxias, Petrópolis, Itaguaí, Nova Iguaçu e Nilópolis faziam parte do “Cinturão Vermelho”. Esta expressão, citada em nota oficial do exército em 1964 (*Diário da Noite*, 24/7/1964, p. 8), foi, segundo o pesquisador, bastante utilizada no período anterior a 1964 e usada como “prova de acusação” contra os militantes destes municípios, no período posterior a este. RIBEIRO, Felipe. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)*. Rio de Janeiro. Tese de doutorado, CPDOC/FGV, 2015. p. 229.

54. *Imprensa Popular*. 30/04/1957. p. 1.

55. Algumas análises consideram o movimento sindical pré-1964 demasiadamente benevolente ao corporativismo varguista, tendo favorecido as cúpulas sindicais em detrimento das bases, no que ficou consagrado nas Ciências Sociais como “Sindicalismo Populista” ou “peleguismo”. Esses estudos normalmente são atribuídos como produto das análises *weffortianas*. Cf. WEFFORT, Francisco. *Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do após-guerra*. Estudos

Cebrap. São Paulo: abr-jun/1973. v. 4. Porém, cabe ressaltar que diversos trabalhos têm procurado questionar estas análises. Cf. COSTA, Hélio; FONTES, Paulo; FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Na luta por direitos: leituras recentes em História Social do Trabalho*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

56. No nascimento de seu primeiro filho, Astério dos Santos demonstrou o desejo de batizá-lo com o nome de Luís Carlos, numa clara referência a Prestes, o que não foi aceito pela família. Porém, conseguiu driblar essa resistência homenageando um dos fundadores do PCB, Astrojildo Pereira, ainda que descaracterizando a grafia do nome, batizando seu filho como Hastrogildo.

57. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj). *Relação dos elementos comunistas que estão à frente do chamado movimento subterrâneo, no Segundo Distrito do Município de Magé*. Relatório do investigador Georgino Ferreira de Mesquita. Santo Aleixo: 02/02/1948. p. 1.

58. Embora a demissão tenha sido justificada devido aos fogos de artifício no aniversário de Prestes, familiares de Astério enfatizam que ele não participou de nenhuma comemoração deste tipo naquele ano. Porém, ao analisarmos o prontuário individual de Astério dos Santos no acervo da polícia política, encontramos outra motivação para a sua dispensa. A partir de uma Parte de Serviço do investigador Saul Cunha Carvalho ao Comissário Geral da Divisão de Ordem Política e Social (Dops), foi considerado temerário que um “conhecido elemento vermelho” fosse responsável por “tomar conta da distribuição da força elétrica” em Santo Aleixo. Em seguida, o Delegado Chefe da Dops, Alvim Souza, enviou ofício reservado à direção da CBEE. A empresa prontamente respondeu à missiva, afirmando que “a circunstância de um empregado professar ideologias extremistas não autoriza sua dispensa por parte do empregador”, no entanto, atendendo à informação da polícia política e por se tratar de funcionário admitido há pouco tempo, resolveu “preventivamente” dispensar Astério dos Santos do seu quadro de funcionários. Cf. APERJ. *Prontuário 18.896*. s/d.

59. *Imprensa Popular*. 21/09/1956. p. 6. Chapa eleita: Astério dos Santos (presidente); Ivan Paulo de Araújo (secretário); Angelo Nascimento (tesoureiro); Aristides Monçores, Ary Silva e Amador Soares (suplentes); Manoel José Gama, Waldemar Caldeira e Wilson da Costa Carvalho (Conselho Fiscal); José Carvalho da Silva, Manoel Araújo e Olimpio de Carvalho (Suplentes do Conselho Fiscal); Astério dos Santos, José Dias Guerra e Helio de Paula (Representantes no Conselho da Federação); João José Maria Golinelli, Roberto José de Oliveira e Antônio Silva (Suplentes no Conselho da Federação).

60. Entrevista concedida por Célia dos Santos a Juçara da Silva Barbosa de Mello, em 08/01/2005. Acervo da pesquisadora.

61. *Imprensa Popular*. 28/09/1956. p. 6.

62. *Imprensa Popular*. 30/10/1956. p. 4.

63. *Imprensa Popular*. 22/05/1957. p. 5.
64. Entrevista concedida por Guilherme Carvalho, tecelão, militante trabalhista e ex-presidente do Sindicato dos Têxteis de Pau Grande, a Felipe Ribeiro, em 2000.
65. Entrevista concedida por Irun Sant'Anna, médico e militante comunista, a Felipe Ribeiro, em 2006.
66. Entrevista concedida por Paulo Lopes, tecelão e militante comunista, a Juçara Mello, em 2005.
67. Aarão Steinbruch chegou a advogar para o Sindicato de Santo Aleixo durante a década de 1950. Cf. Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ). *Conclusão do Acórdão 471-57*. Rio de Janeiro: 25/03/1957. p. 1. Acervo do TRT-RJ.
68. *Imprensa Popular*. 17/03/1957. p. 6.
69. *Voz Operária*. 20/09/1958. p. 5.
70. Câmara Municipal de Magé (CMM). *Livro de Atas n. 20 (18/07/1958 a 06/11/1959)*. fl. 22.
71. NUNES, Edson. *A Revolta das Barcas: populismo, violência e conflito político*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 126.
72. *Luta Democrática*. 19/07/1962. p. 1. Discurso proferido em um comício realizado na cidade de Volta Redonda.
73. *Última Hora*. 31/07/1962. p. 2.
74. APERJ. *Irun Santana Fala ao Povo Mageense*. Reportagem anexada ao Prontuário Individual de Irun Sant'Anna na Dops. s/d.
75. PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e Companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1995. p. 188-189.
76. *Ibidem*. p. 187-188.
77. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE-RJ). *Resultado Final da 20ª Junta Apuradora: Magé, assinado por Manoel Picanço Goulart, Secretário Comissão Apuradora*. Niterói: 14 de janeiro de 1963.
78. CMM. *Livro de Atas n. 23 (22/03/1963 a 26/07/1963)*. fl. 57v.
79. Informações obtidas junto ao memorial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Niterói (Stieen), em abril de 2009.
80. A Associação de Pedra Lisa, chamada Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, foi fundada por Bráulio Rodrigues em 1948, constando como a primeira organização de lavradores da Baixada Fluminense. Em 1949, José Pureza organizou a criação de uma comissão de lavradores em Xerém, que seria o embrião da Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF). Cf. GRYNSPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do*

*Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro. Dissertação em Antropologia Social, UFRJ, 1987.

81. Trecho contido em panfleto apreendido no Sindicato de Trabalhadores na Lavoura, Pecuária e Similares de Magé, conforme denúncia apresentada pelo juiz da cidade, Nicolau Mary Júnior, em 26/07/1963. In: AEL: Projeto Brasil Nunca Mais. BNM 302. fl.432.

82. O Grupo dos Onze, também conhecidos como Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas, foi um movimento organizado por Leonel Brizola, então deputado federal pelo PTB na Guanabara, em outubro de 1963, com o objetivo de pressionar o presidente João Goulart pela realização das Reformas de Base. Cf. TAVARES, Tania dos Santos. *Grupos dos Onze: a esquerda brizolista (1963-1964)*. São Gonçalo. Dissertação de mestrado em História Social (FFP/Uerj), 2013.

83. *Última Hora*. 31/07/1963. p. 2.

84. *Correio da Manhã*. 12/03/1964. p. 1.

85. *Correio da Manhã*. 14/03/1964.

